

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2017.

Data e horário: Aos vinte dias de abril de dois mil e dezessete, às 15h30min.

Presença: Presentes estavam: a presidente do Conselho Fiscal e conselheira eleita **LIGIAN REGINA KALVON, MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos aposentados e pensionistas, **MARCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS** e **ADILSON ALMEIDA LIMA**, representantes nomeados do Poder Executivo, **JOSÉ DE FREITAS GUIMARÃES**, Diretor Presidente, as conselheiras administrativas **ELIETE MARIA DA SILVA** e **SANDRA ARIADNE CASASSA**, além das conselheiras fiscais suplentes **AGRAIR DE JESUS FANTINATI** e **POLINIA LACERDA E SILVA**. O conselheiro **FÁBIO CECCONELO** não pode estar presente, porém justificou sua ausência antecipadamente a Presidente do Conselho.

Ordem Do dia:

1. Assuntos Gerais pertinentes ao Conselho Fiscal

Item 1 da ordem do dia – A presidente e conselheira eleita Ligian iniciou a reunião explicando aos presentes o funcionamento dos trabalhos do conselho fiscal; que conforme regimento interno as reuniões podem ocorrer a cada dois meses com pagamento de jeton proporcional e que são marcadas quando existem assuntos para ser discutidos ou analisados. A conselheira Márcia Ambrozini disse que as reuniões do conselho fiscal eram fechadas sem a participação dos servidores, sendo que a conselheira Ligian disse que sempre foi a favor da participação, que publicava as pautas no passado e que os servidores não compareciam. A conselheira Marcia Ambrozini sugeriu que as reuniões aconteçam no mínimo uma vez por mês, as 18h00 horas para que os servidores possam comparecer e que na próxima seja eleito o novo presidente do conselho. A conselheira Ligian disse que não se opõe, e que as reuniões do conselho fiscal sempre foram abertas e aconteciam após as 18h00, no entanto começaram a ser agendadas mais cedo por exigirem tempo para análise dos processos de empenho e contratos com conseqüente presença da grande maioria dos servidores do instituto o que acabava gerando horas extras aos mesmos. A conselheira Marcia Ambrozini questionou as reuniões em conjunto com o conselho administrativo, sendo que a conselheira Ligian disse que algumas delas são em conjunto, como posse de conselheiros, análise dos processos de aposentadoria ou assuntos de interesse geral, no entanto o papel do conselho fiscal é fiscalizar as ações do administrativo e da Diretoria Executiva e que ela e outros conselheiros fiscais começaram a frequentar as reuniões do conselho administrativo a fim de pressionar e tentar evitar que aplicações temerárias fossem

Marcia
J.
Fabio
[assinatura]
[assinatura]

feitas; disse que sua preocupação vai além das formalidades e que a partir de 05 de agosto de 2016 os investimentos começaram a ser feitos antes de serem analisados pelo conselho administrativo, porque o diretor presidente anterior afirmava que o conselho administrativo não era deliberativo, o que ela discordava plenamente; lembrou a todos do ocorrido em 2006, onde uma aplicação de R\$ 50 milhões foi evitada graças a seu empenho e do conselho fiscal que fizeram levantamento dos títulos sugeridos e apresentaram ao conselho administrativo no dia da aprovação. A conselheira Ligian frisou que as discussões envolvendo os dois conselhos estão sendo possíveis, graças ao Sr. Guimarães, que trata os assuntos de maneira clara, o que não acontecia no passado. A conselheira Marcia Ambrozini sugeriu então que sejam feitas duas reuniões, uma do conselho fiscal e outra em conjunto com o conselho administrativo, sendo que a conselheira Ligian disse que sempre que houver assunto o conselho pode e deve se reunir. O conselheiro Adilson disse que o diferencial era a falta de participação dos conselheiros antigos e acredita que as reuniões e os assuntos discutidos também devem ser objetivos. Disse que é atribuição do conselho analisar e aprovar os empenhos e que os conselheiros tem autoridade para verificar valores de mercado e fazer seus questionamentos. A conselheira Marcia Ambrozini disse que os servidores contribuem para o instituto e que devem opinar em relação aos processos de empenho, sendo que o conselheiro Adilson concordou, no entanto, disse que considerando o número elevado de processos a reunião deva ser objetiva. A conselheira Marcia Ambrozini disse que existem funcionários que querem saber sobre processos envolvendo ex Diretores do instituto, sendo que o conselheiro Adilson disse que inicialmente os questionamentos envolvendo o instituto são feitos ao Ministério Público e que a fase de investigação parte do delegado; disse também ser importante constar em pauta os assuntos que serão discutidos em reunião. A conselheira Sandra disse que as conselheiras novas estão sendo muito pressionadas e cobradas e que todos os servidores querem saber a atual situação do instituto; que cabe ao conselheiro levar a informação ao servidor que questiona algum assunto e que isso não precisa constar numa pauta. Disse que a maior reclamação do servidor tem sido em relação ao conselho fiscal; que as reuniões eram fechadas e que era de onde saia a fiscalização dos investimentos. A conselheira Ligian disse desconhecer isso, uma vez que ela não aprova as contas desde 2013, que ela sempre esteve presente nas reuniões do administrativo, que possui tudo documentado, que sempre se colocou a disposição para esclarecimentos e que faz a reunião no horário e como os outros conselheiros e servidores quiserem; pediu cautela ao se falar dos conselheiros eleitos da outra gestão, pois todos tiveram papel importante dentro do conselho, seja pela competência ou pela coragem em denunciar fraudes. Disse que sua maior preocupação é resguardar o dinheiro do instituto para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões a longo prazo. Disse que existem problemas

Marcia

S.

Foto

P

Adilson

gigantes dentro do Paulprev, incluindo um déficit atuarial e se preocupa em ver discussões envolverem interesses próprios; deixou claro que é a favor que se paguem todas as verbas pertinentes aos servidores, no entanto antes de qualquer decisão, o quanto essa despesa impacta o instituto e como será feita a compensação, o que inclui a Lei 56/2014, onde não foi feito esse cálculo. A conselheira Sandra disse a Lei prevê que se o instituto não tiver recursos para honrar, a prefeitura o fará, no entanto os conselheiros lembraram que houve comprometimento até dos salários dos ativos em outros momentos, o que não garante o cumprimento da lei. A conselheira Ligian falou sobre a falta de pagamento da parte patronal, que pode ser negociada e paga em até 60 vezes; explicou a questão dos repasses e seus percentuais, sendo 19% do ente e 11% do servidor e que isso deve ser revisto, pois essa conta foi feita em 2010. Explicou ainda como é feito o cálculo atuarial e que hoje o valor do repasse é maior do que se gasta com aposentadorias e pensões, no entanto, em um determinado momento haverá um pico de aposentadorias e o valor que entra como repasse será consumido nesses pagamentos e se iniciará um processo de utilização do dinheiro da carteira. Os conselheiros ainda discutiram a falta de contribuição dos servidores aposentados, sendo que a conselheira Marcia Conde disse que existe um teto para contribuição e que as verbas que sofrem incidência devem ser analisadas e verificadas, pois isso também influi no cálculo atuarial. A conselheira Marcia Conde frisou ainda a importância de um estudo em conjunto com a prefeitura na discussão do plano de cargos e carreiras. A conselheira Ligian falou sobre a importância do CRP, que é o Certificado de Regularidade Previdenciária, que o instituto está sem e que um dos motivos era a falta de contribuição da parte patronal. A conselheira Ligian explicou que o resgate de um fundo deve ser amplamente estudado, pois também será analisado pelo Tribunal de Contas; sugeriu que todos devem entrar na CVM para verificação do CNPJ dos fundos, além da leitura de seus contratos, seus acionistas entre outras informações. A conselheira Eliete disse que o regimento deve ser mudado imediatamente e que uma comissão deve ser formada para essa discussão e alteração. A conselheira Ligian disse que quando há interesse do governo as mudanças ocorrem e que nunca foi de interesse até agora que o conselho tivesse poder de deliberação. Os conselheiros ainda discutiram a questão das eleições e a posição da promotoria; que a paridade deveria ser acatada imediatamente, inclusive nomeando os suplentes, sendo que os conselheiros presentes disseram que isto deveria ter sido estabelecido antes e que os suplentes não poderão assumir em caso de paridade. A conselheira Marcia Ambrozini disse que o acordado seria que assim que o projeto alterando a paridade fosse aprovado na Câmara nova eleição deveria ser feita para preenchimento das vagas. A conselheira Ligian finalizou falando da importância da elaboração das atas e reforça que nenhuma

Marcia

Ligian

Sandra

Eliete

autorização de investimento, apesar de possuir parecer do comitê deva ser aprovada no dia.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, que lida e aprovada foi assinada pelos conselheiros presentes.

Paulínia, 20 de abril de 2017.



LIGIAN REGINA KALVON
Presidente



ADILSON ALMEIDA LIMA
Conselheiro Fiscal



MARCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS
Conselheira Fiscal



FABIO CECCONELO
Conselheiro Fiscal



MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA
Conselheira Fiscal